



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD**

EDILEUZA ROLIM DE SOUSA

**DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL NO TRANSCURSO DO
PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA VANA ROUSSEF**

**Brasília
2017**

EDILEUZA ROLIM DE SOUSA

**DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL NO TRANSCURSO DO
PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA VANA ROUSSEF**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UNICEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Revisão de Texto: gramática, linguagem, construção/reconstrução do significado.

Orientadora: Profa. Dra. Edineide Silva

**Brasília
2017**

EDILEUZA ROLIM DE SOUSA

**DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL NO TRANSCURSO DO
PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA VANA ROUSSEF**

Trabalho apresentado ao
Centro Universitário de
Brasília (UNICEUB/ICPD)
como pré-requisito para a
obtenção de Certificado de
Conclusão de Curso de Pós-
graduação *Lato Sensu*, na
área de Revisão de Texto:
gramática, linguagem,
construção/reconstrução do
significado.
Orientadora: Profa. Dra.
Edineide Silva.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

RESUMO

A análise conceitual acerca da democracia no decorrer do período do *impeachment* da presidenta Dilma Roussef revela-se de vital importância, uma vez que o reconhecimento do exercício dos direitos garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 se apresenta útil não só à pesquisadora, proponente do presente artigo, como também à sociedade em sentido *latu*. A Constituição Brasileira ressalta a instauração de um Estado Democrático e garante como princípio fundamental a soberania popular. Dessa forma, o presente trabalho tem por escopo analisar o conceito de democracia e o exercício dela apresentado nas imagens midiáticas no transcurso do *impeachment* da presidenta Dilma Vana Roussef, considerando o momento histórico propenso à execução dos direitos reservados ao povo. Desenvolvida a partir dos pressupostos teóricos da ADC (FAIRCLOUGH) e da gramática do *desing visual* (VIEIRA e FERRAZ), esta pesquisa revela-se, em relação aos objetivos, como dialética e, quanto ao método, como abordagem dedutiva.

Palavras-chave: Democracia. Dilma Roussef. *Impeachment*.

DEMOCRACY: A CONCEPTUAL ANALYSIS IN THE COURSE OF THE IMPEACHMENT PROCESS OF DILMA VANA ROUSSEF

ABSTRACT

The conceptual analysis of democracy during the impeachment period of President Dilma Rousseff is vitally important, since the recognition of the exercise of the rights guaranteed by the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 is useful not only to the researcher, Proponent of this article, but also to society in the *latu* sense. The Brazilian Constitution emphasizes the establishment of a Democratic State and guarantees as a fundamental principle the popular sovereignty. Thus, the present work aims to analyze the concept of democracy and the exercise of it presented in the media images during the impeachment of President Dilma Vana Rousseff, considering the historical moment prone to the execution of the rights reserved to the people. Developed from the theoretical assumptions of ADC (FAIRCLOUGH) and the grammar of visual desing (VIEIRA and FERRAZ), this research reveals itself, in relation to the objectives, as a dialectic and, as regards the method, as a deductive approach.

Keywords: Democracy. Dilma Rousse. Impeachment.

1 INTRODUÇÃO

Democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que basicamente se traduzem nos direitos fundamentais do homem, mantendo sempre o princípio básico de que ela evidencia um regime político em que o poder emana do povo (SILVA, 2005, p.125-126).

A democracia é um processo de garantia de direitos que o povo vai conquistando no correr do tempo. Em vista disso, Burdeau adverte (apud SILVA, 2005, p.126), “se é verdade que não há democracia sem governo do povo pelo povo, a questão importante está em saber o que é preciso entender por povo e como ele governa”.

O conceito de povo, no passar do tempo, também tem mudado, “porque, se sempre é o povo que governa, não é sempre o mesmo povo” (BURDEAU, apud SILVA, 2005, p. 126). Os tempos modernos já não adotam a mesma democracia que a antiguidade clássica; nem a democracia popular equivale a democracia burguesa.

Partindo desse pressuposto, o presente artigo busca analisar de maneira crítica e dedutiva o conceito da democracia pautado nas imagens midiáticas no transcurso do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff, momento que marcou a história do Brasil.

2 A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF¹

A presidenta Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, em 14 de dezembro de 1947. Filha do advogado e imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora fluminense Dilma Jane da Silva.

Aos 16 anos, quando cursava o Ensino Médio no Colégio Estadual Central, enfrentou as primeiras batalhas pela democracia, pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico do Brasil. Foi para as ruas protestar contra o golpe

¹ Portal Brasil. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff> > Acesso em 3 de julho de 2016.

Quanto ao termo “presidenta”, foi adotado nesta pesquisa em respeito à história e à imagem da mulher Dilma Vana Rousseff, pois ela mesma gostaria que fosse referida assim “Presidenta Dilma”, forma linguística inovadora para marcar a presença da primeira mulher no cargo mais elevado de um país que só fora governado por homens, por presidentes!

militar que depôs o presidente eleito João Goulart e participou da luta organizada contra a ditadura.

Foi militante dedicada, valente e determinada, o que a levou à prisão e à tortura nos porões do regime militar. Na militância contra a ditadura, conheceu o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, com quem manteve uma relação que durou mais de trinta anos. Condenada pela ditadura, passou quase três anos (1970-1972) no presídio Tiradentes em São Paulo.

Livre da prisão, foi morar em Porto Alegre em 1973 e ingressou na faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1975, começou a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho e concluiu o bacharelado de economia em 1977. Em 1990, volta à FEE como presidente da Instituição.

No início da década de 80, ajuda o ex-governador Leonel Brizola a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul; assessora a bancada trabalhista na Assembleia Legislativa, e, a convite do prefeito Alceu Collares, também do PDT, assume a Secretaria Municipal da Fazenda em Porto Alegre. Eleito governador em 1993, Collares a leva para a Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação.

Em 1998, Dilma inicia o curso de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em São Paulo, mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chega a defender tese. Permanece secretária de

Energia quando, em 1999, Olívio Dutra toma posse como governador eleito numa coligação PT-PDT e, em 2000, Dilma filia-se ao Partido dos Trabalhadores.

Em 2001, abate-se sobre o País grave crise no abastecimento de energia e o Rio Grande do Sul é um dos poucos estados da federação a não sofrer apagões. Credenciada pelo seu desempenho na Secretaria durante a crise, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva a convida, em fins de 2002, a participar da equipe de transição que prepararia o próximo Governo Federal. Com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia.

Entre 2003 e 2005, comanda profunda reformulação no ministério com a criação do chamado marco regulatório (leis e normas técnicas que regem as relações do Estado com as empresas do setor) e prepara o País para evitar a repetição de desabastecimento de energia em caso de novas crises hídricas. Além

disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa “Luz para Todos”.

Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo o ministério em 2005. A ministra assume a direção de iniciativas estratégicas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular “Minha Casa, Minha Vida”. Coordena ainda a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada Pré-Sal e integra a Junta Orçamentária do Governo.

No dia 3 de abril de 2010, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa sua candidatura. No segundo turno das eleições, a 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff, aos 63 anos, é eleita Presidenta da República Federativa do Brasil, com mais de 55,7 milhões de votos (56,05%). É a primeira mulher a chegar ao Palácio do Planalto, como já fora a primeira mulher secretária da Fazenda de Porto Alegre, a primeira secretária estadual de Energia, a primeira ministra de Minas e Energia, e a primeira chefe da Casa Civil.

Em 2014, é candidata à reeleição, depois de ter, em quatro anos de governo, continuado a obra de inclusão social e redução das desigualdades inauguradas na gestão de Lula.

2.1 O impeachment

Dilma Rousseff é reeleita em 2015 com mais de 54,5 milhões de votos. Entretanto, em 17 de abril de 2016, com 367 votos a favor, a Câmara de Deputados autoriza a instauração do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. No processo, a presidenta é acusada de crime de responsabilidade, a saber:

- ✓ Crimes de responsabilidade pela abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional e quando já supostamente se sabia do descumprimento da meta fiscal prevista na LDO
- ✓ Crimes de responsabilidade pela contratação ilegal de operações de crédito (“pedaladas fiscais”)
- ✓ Crime de responsabilidade pelo não registro de valores no rol de passivos da dívida líquida do setor público
- ✓ Dos crimes contra a probidade na Administração²

² Câmara Legislativa. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/denuncia-contra-a-presidente-da-republica/documentos/outros-documentos/ParecerDep.JovairArantes.pdf>>. Acesso em 24 de julho de 2016.

A partir disso, a presidenta Dilma Rousseff aparece na mídia para fazer seus discursos e, incansavelmente, ela e a população brasileira repetem a palavra *democracia* em seus discursos. Portanto, nesse momento histórico, vale analisar o conceito de democracia apresentado nas imagens midiáticas.

Para tanto, é necessário retomar ao conceito preliminar de democracia.

3 CONCEITO DE DEMOCRACIA

A palavra democracia tem origem do grego, vem de *demokratia*, *demos* significa *povo*, *kratos* significa *domínio*. No dicionário Aurélio, existem dois conceitos: 1. Governo do povo; soberania popular. 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu preâmbulo, ressalta a instituição de um Estado Democrático. Dos princípios fundamentais art. 1º parágrafo único “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. ”

Conforme os conceitos-base citados acima, o *povo* é o agente mister desse sistema e esse preceito é defendido pelo especialista em Direito Constitucional José Afonso da Silva:

[...] a democracia é um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido, direta ou indiretamente, pelo povo e em proveito do povo. Diz-se que é processo de convivência, primeiramente para denotar sua historicidade, depois para realçar que, além de ser uma relação de poder político, é também um modo de vida, em que, no relacionamento interpessoal, há de verificar-se o respeito e a tolerância entre os conviventes. (SILVA, 2005, p.126).

O mesmo autor afirma que a democracia repousa em dois princípios fundamentais que lhe dão essência conceitual:

(a) o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte de poder, que se exprime pela regra de que todo poder emana do povo; (b) a participação direta ou indireta, do povo no poder, que este seja efetiva expressão da vontade popular; nos casos em que a participação é indireta surge um princípio derivado ou secundário: o da representação (SILVA, 2005, p.131)

Isto é, o valor essencial da democracia é a igualdade, o ideal comum, o poder que provém do *povo*, que vai contra o regime autocrático. Entretanto, será esse valor e concepção de democracia que as imagens midiáticas apresentaram no

período da votação da abertura de processo do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff?

Veremos no decorrer das imagens analisadas no item a seguir.

4 A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NA MÍDIA

Na construção de sentido, é importante enfatizar a diferença entre língua e discurso. Descrever a língua é descrever regras de conformidade (morfologia, sintaxe e semântica); enquanto o discurso está além das regras de uso da língua.

Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois pólos (CHARAUDEAU, 2006, p. 40).

Segundo Charaudeau (2006, p. 41), o sentido nunca é construído antecipadamente, há uma situação de troca social, isto é, constrói-se ao término de um duplo processo de *transformação* e de *transação* (*semiotização*). A *transformação* consiste em dar forma ao sentido e isso abrange categorias como nomear, qualificar, argumentar, modalizar, descrever e explicar. O processo de *transação* é um ato de linguagem, é dar significação psicossocial a seu ato, é o ato de informar, de atribuir-lhe objetivo e isso inclui alguns parâmetros relevantes do receptor: *identidade*, posição social, o *efeito* que pretende causar, a *relação* pretendida e a *regulação*.

O conceito anterior desconstrói a ideia da mídia como “unidade”. “A palavra não significa nada por si mesma” (PÊCHEUX, 1997, p. 50 apud EMEDIATO), a interpretação vai depender da posição ideológica do receptor, da sua relação com a realidade concreta.

Foucault (apud FAIRCLOUGH, 2001, p.71) propõe abordar a formação de conceito dentro da formação discursiva a partir da descrição do “campo de enunciados”, dentro dos conceitos “surgiram e circularam”.

Vejamos o dado 1 para melhor entendermos a formação de conceito de Foucault (apud FAIRCLOUGH, 2001, p.71) segundo o “campo de enunciados”:

Dado 1



Fonte: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2015/brasil-em-crise/o-impeachment-de-dilma/#introducao>>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

Analisando o dado 1 e levando em consideração os conceitos de formação discursiva “surgiram e circularam” do “campo de enunciados” de Foucault (apud FAIRCLOUGH, 2001, p.71), a imagem foi publicada na página da *Folha de S. Paulo* no decorrer do processo de *Impeachment*.

A construção de sentido do enunciado supõe que há uso da “*intertextualidade encaixada*”, em que um texto ou tipo de discurso está claramente contido dentro da matriz de um outro” (FAIRCLOUGH, 2001, p.152). A imagem retoma supostamente à prisão que Dilma sofreu no decorrer do regime militar. A presidenta parece estar em um lugar fechado, obscuro e com grade, uma provável “sela”.

Dado 2



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/AnulaOGolpeSTF/?ref=page_internal>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

Para melhor compreensão da análise discursiva do dado 2, recorramos a cinco elementos indicadores do golpe de Estado, segundo Carlos Barbé (1998, p.547):

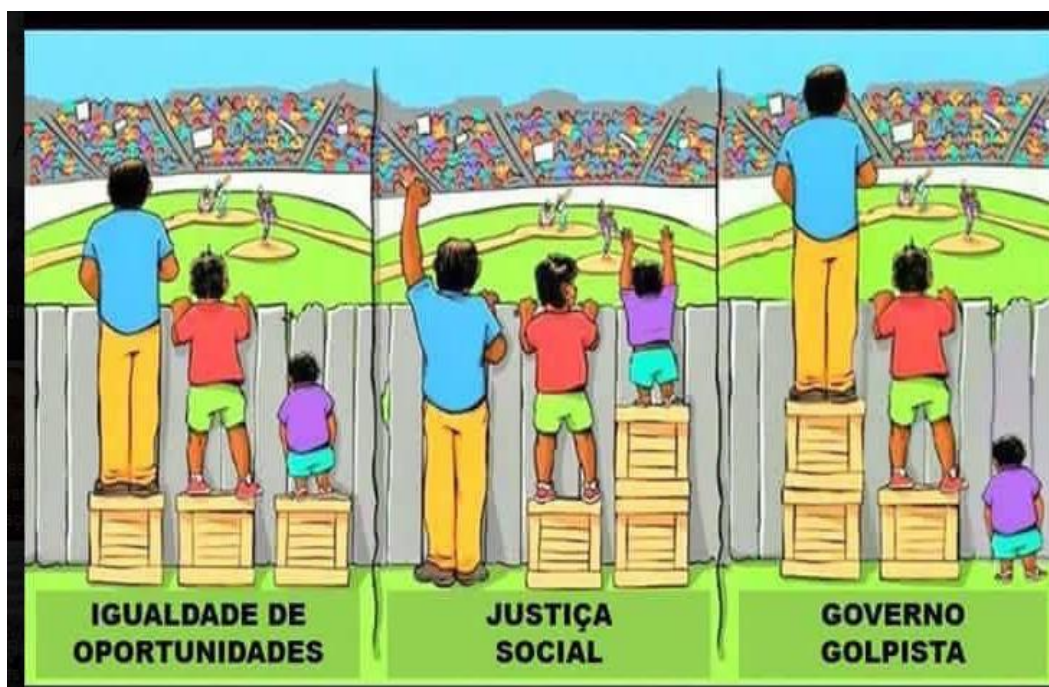
- 1) Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade;
- 2) As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança de liderança política;
- 3) O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe;
- 4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado;
- 5) Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos.

Certamente, as discussões políticas não estão pautadas em todos esses sentidos, mas em apego ao segundo elemento. Note que possivelmente a

expressão *Eu luto pela democracia* esteja se referindo à eventual sucessão na liderança do País com voto extraordinário, não por sistema sufrágio.

O uso da imagem nas cores preto e branco da presidenta Dilma Rouseff encontra-se metaforicamente ligada à época do regime militar. Conforme a gramática do *desing visual*, Vieira e Ferraz (2011 apud BENTO e SILVA, 2016) afirmam que a intenção “é focalizar o processo de produção sónica, compreendido como uma ação social realizada em determinado uso e contexto, em que o interesse do produtor do signo determina a forma de representação”. Assim, o significado mais apropriado depende da intenção do autor, da maneira como será representado. No dado 2, porventura, para expressar a ideia de que a presidenta estaria sofrendo novamente um golpe, fez-se o uso da imagem dela na era ditatorial.

Dado 3



Fonte: Disponível em: <https://m.facebook.com/sigajandira2/photos/a.213345118700158.60527.208153919219278/1255080144526645/?type=3&p=20>. Acesso em 2 de agosto de 2016.

No dado 3, o primeiro quadrinho da imagem, “Igualdade de oportunidades”, apresenta uma “sociedade justa”, em que as possibilidades de acesso são iguais para todos; o segundo quadrinho, “Justiça social”, expõe a seguridade social, a melhoria das condições sociais consoante a necessidade de cada um; já o terceiro quadrinho, comparado aos anteriores, há o descumprimento da justiça social e da

igualdade de oportunidades, uma vez que não há a participação igualitária de todos, os privilegiados continuam sendo privilegiados e os desfavorecidos continuam na mesma posição. Neste caso, ainda à luz da gramática do *desing visual* (VIEIRA; FERRAZ, 2011 apud BENTO; SILVA, 2016), nota-se que o interesse do produtor do signo com esta representação foi substanciar que a participação popular tem sido dispensada nas decisões tomadas no âmbito político.

A democracia elitista – governo de poucos – também pode estar presente na imagem (BACHRACH apud SILVA, 2005, p.126). Dar-se a entender que o pensamento político contemporâneo está tendencioso a incorporar à teoria democrática os princípios fundamentais da teoria elitista, que é fora de dúvida contraditória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 declara que o Brasil é um Estado Democrático e parte do princípio de que o poder repousa na vontade do povo. Contudo, diante da pesquisa realizada e da análise de dados, o exercício da democracia tem apresentado características de uma democracia elitista que consiste no governo por uma minoria democrática, formada por espírito democrático e a ela compete a tarefa de promover o bem comum, mediante diálogo com a “massa”. A doutrina elitista acredita que auscultando os anseios e as aspirações do povo, ela, por possuir um maior conhecimento da realidade histórico-cultural e dados conjunturais, pode servir de intermédio para harmonizar os interesses da Nação e do bem comum (GURGEL apud SILVA, 2005, p. 127).

É um equívoco pensar que a elite tem um pensamento democrático. Ainda que surja o interesse pelo bem comum, vai prevalecer o pensamento elitista, porque acredita-se que o povo deve ser preparado para o exercício da democracia, deve ter um certo poder econômico e nível de cultura.

Em virtude dessa segregação social e de direito democrático, entra a suposta manifestação de Golpe apresentada na análise. O governo de poucos sobressaindo a soberania popular, marcado por interesse político – possível sucessão de liderança do País.

A política contemporânea está, aos poucos, submetendo-se ao constitucionalismo do regime militar, embora a atual Constituição tenha suplantado.

O principal fundamento do conceito de democracia, efetiva vontade popular, não tem sido receado. O cenário político testemunhado no momento que marcou a história brasileira, *impeachment* de Dilma Rousseff, como analisado, não deixa de lado literalmente os limites do período ditatorial decorrentes da ausência de pluralização de direitos. Uma vez que, a real efetivação de políticas públicas, individuais e comunitárias serão somente alcançadas quando garantida a consecução dos ideais de democracia, cidadania e justiça.

6 REFERÊNCIAS

Anula o Golpe STF. Disponível em: <https://www.facebook.com/AnulaOGolpeSTF/?ref=page_internal>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p.

BENTO, Joanny Daniele; SILVA, Francisca Cordélia. Metáforas visuais em textos multimodais: análise de textos de provas do Enem. *Revista Letra Capital*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016, p. 116-140.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 1299 p.

Câmara Legislativa. Bicudo, Hélio Pereira; Junior, Miguel Reale; Paschoal, Janaina Conceição. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/denuncia-contra-a-presidente-da-republica/documentos/outros/documentos/ParecerDep.JovairArantes.pdf>>. Acesso em 13 de agosto de 2016.

C. BARBÉ, Colpo di Stato, in *Política e società*, vol. I, La Nuova Italia, Firenze 1979; E. N. LUTTWAK, *Tecnica del colpo di Stato* (1968), Longanesi, Milano 1969; C.

NAUDÉ, Considerazioni politiche sui colpi di Stato (1639), Boringhieri, Torino 1958;
D. C. RAPOPORT, Coup (l'État the view of the men firing pistols. in Revolution. ao
cuidado de C. J. FRIEDRICH, Albertyon Press. New York 1967.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010. 285 p.

Facebook. Disponível em:
<<https://m.facebook.com/sigajandira2/photos/a.213345118700158.60527.208153919219278/1255080144526645/?type=3&p=20>>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de
Brasília, 2001. 216 p.

Folha de S. Paulo. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2015/brasil-em-crise/o-impeachment-de-dilma/#introducao>>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>>. Acesso em 26 de julho de 2016.

SILVA, Denise Elena Garcia da; LEAL, Maria Christina Diniz; PACHECO, Marta
Carvalho de Noronha. **Discurso em Questão**. Goiânia: Câne Editorial, 2009. 208
p.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo:
Malheiros Editores, 2005. 924 p.

